

Organização

CITCEM/FLUP

Comissão Científica

Comissão Executiva do CITCEM

Comissão organizadora

Carla Sequeira

Joana Sequeira

Secretariado

CITCEM

Contactos

CITCEM/FLUP

Tlf: 226 077 177

E-mail: oic.citcem@gmail.com

citcem@letras.up.pt

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM têm como principal objectivo o debate, alargado e transdisciplinar, de problemáticas de investigação, no sentido de cruzar questões teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa.

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM constituem, por isso, um espaço de divulgação e discussão regular de projectos de investigação individuais (teses de mestrado ou doutoramento, projectos de pós-doc, etc.) ou colectivos, dos investigadores e colaboradores do CITCEM, podendo associar investigadores de outros centros ou universidades nacionais e/ou estrangeiras.

Entrada Livre

oiccitcem.wixsite.com/oficinascitcem

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

 **FCT** Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/104059/2020

 **PORTO**
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO CITCEM 20/21

SESSÃO 15
[12.02.21 • 14h30]

Proponente da sessão

João Tomé e Luís Miguel Silva

**«Sociabilidades e práticas
religiosas em Portugal nos séculos
XIX e XX: confrontos no espaço
público e relação com os poderes
instituídos»**

 YouTube

Em directo no canal YouTube do CITCEM FLUP:

<https://www.youtube.com/channel/UC2la8syabdh1b06-fCgOnIA>

PROGRAMA

14h30 *A ação da Sociedade Bíblica em Portugal: novos debates e conflitos renovados no espaço público português oitocentista* | Rita Mendonça Leite

14h50 *O Registo civil de súbditos não católicos do Porto (1878-1911)* | João Tomé

15h10 *A educação popular protestante e a conquista do espaço público nas primeiras décadas do século XX* | José António Afonso

15h30 *O Bispo Sebastião Soares de Resende e o colonialismo do Estado Novo em Moçambique (1943-1967)* | Luís Miguel Silva

15h50 Debate

NOTAS BIOGRÁFICAS E RESUMOS

RITA MENDONÇA LEITE é licenciada em História pela FLUL (2004). Na mesma instituição concluiu, em 2007, o Mestrado em História Contemporânea em torno das Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea (1852-1911); e, em 2017, o Doutoramento em História e Cultura das Religiões, com a tese: *Texto e Autoridade. Diversificação sociocultural e religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804-1940)*, recentemente publicada pela INCM. Recebeu, em 2008, a Menção Honrosa do «Prémio Victor de Sá de História Contemporânea» e venceu, em 2017, o «Prémio Liberdade Religiosa». É investigadora integrada do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), colaboradora do CH-ULisboa e membro da *Association Française d'Histoire Religieuse Contemporaine* e da Sociedade Portuguesa de História do Protestantismo. É Docente Convidada na Faculdade de Teologia da UCP desde 2016. É atualmente Diretora-Adjunta do CEHR e membro do Conselho Editorial da revista *Lusitania Sacra*

A ação da Sociedade Bíblica em Portugal: novos debates e conflitos renovados no espaço público português oitocentista

Desde o início da sua atividade em Portugal, nos inícios do século XIX, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira procurou estreitar relações quer com o meio católico romano quer com a comunidade protestante nascente. Assumindo-se desde cedo no país como motor de «cristianização» tendeu também, no entanto, a cooperar ativamente na implantação do cristianismo reformado português e a ser entendida pelo mesmo como parte integrante do seu património espiritual e cultural. Por essa via, a Sociedade Bíblica integrou progressivamente um programa de protestantização no contexto do qual, ao esforço ativo da instituição e à dinâmica de absorção do protestantismo português, se justapôs o movimento de oposição católica romana, cuja força tendeu a estreitar aqueles laços. Nesse sentido, tendo desenvolvido um papel fundamental no processo de diversificação religiosa em curso no país ao longo do século XIX, a Sociedade Bíblica funcionou também como um instrumento de cristalização de um certo entendimento do binómio

minoría protestante versus maioria católica romana no seio da sociedade portuguesa. Na sua longa trajetória, a Sociedade Bíblica, acabou por ser um referencial de fronteira entre aqueles que se apropriaram do seu agir como fator contributivo para a protestantização do país e o terreno católico que se defendeu dessa projeção confessional recorrendo, por sua vez, à relação específica (e diferente) do catolicismo romano com a Bíblia.

JOÃO TOMÉ tem 26 anos e dedica-se ao estudo da história do Protestantismo em Portugal. É licenciado em História pela FLUP desde 2016, tendo terminado o Mestrado em História e Património na mesma faculdade em 2018. Investigador Integrado no CITCEM desde 2019, no grupo Sociabilidades e Práticas Religiosas, é também membro da Sociedade Portuguesa da História do Protestantismo (SPHP) desde o mesmo ano. É bolseiro de doutoramento pela FCT e estuda a implantação da comunidade protestante dos Irmãos de Plymouth (1872-1990) em Portugal.

O Registo civil de súbditos não católicos do Porto (1878-1911)

A implantação do registo civil para todos os cidadãos portugueses só foi conseguido após a implantação da República. Não obstante, as suas raízes podem ser encontradas no liberalismo português de oitocentos. Em 1878, parte desse desígnio é conseguido via lei para uma porção dos cidadãos, os cidadãos não católicos. De facto, o Registo Civil de Não Católicos, pretendeu enquadrar cidadãos que, pelas suas convicções políticas, filosóficas e religiosas, não mais se reviam no sistema do registo paroquial católico romano. Assim, cabia a cada administração de bairro ou concelho o registo civil de nascimentos, casamentos, óbitos e perfilhações de cidadãos não católicos. Esta comunicação versará sobre os registos do Porto, ou seja, da administração do Bairro Ocidental e do Bairro Oriental do Porto.

JOSÉ ANTÓNIO AFONSO. Licenciado em História (UPorto), Mestre em Ciências da Educação – Educação, Desenvolvimento e Mudança Social (UPorto) e Doutor em Educação – Área de Conhecimento de História da Educação (UMinho). É Professor Auxiliar do Instituto de Educação e membro do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. A investigação que desenvolve centra-se no âmbito da História da Educação, nos domínios dos movimentos sociais, dos dispositivos institucionais, das práticas discursivas e dos processos de secularização e laicização na sociedade portuguesa. Entre as publicações destacam-se os livros: *Protestantismo e Educação. História de um projecto pedagógico alternativo em Portugal na transição do séc. XIX* (2009), *Paróquia de Cristo e Colégio Evangélico Lusitano. Um século de testemunho Cristão em Oliveira do Douro (V. N. de Gaia)*, de colaboração (2013), *Associações das Escolas do Torne e do Prado: servir, educar e incluir, de colaboração* (2015) e *A Igreja e Escola do Prado. Cento e quinze anos de instrução e testemunho cristão em Coimbrões, Vila Nova de Gaia, de colaboração* (2016), a participação em obras coletivas: *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no Século XX* (2013), *Secularidades & Confessionalidades na História da Educação Contemporânea* (2014), *Contribuições do protestantismo para a história da educação no Brasil e em Portugal* (2016) e *Roteiros da Inovação Pedagógica. Escolas e experiências de referência em Portugal*

no século XX (2019), entre outras, e artigos em revistas científicas nacionais e estrangeira. jafonso@ie.uminho.pt

A educação popular protestante e a conquista do espaço público nas primeiras décadas do século XX

Como os protestantes traduziram sua gradual integração na comunidade nacional a partir dos inícios de 1800, participando da vida social portuguesa? Que posições, atitudes e ações protagonizaram em alguns dos grandes momentos que marcaram a história do nosso país? A esta pergunta procuraremos responder evidenciando o período da 1.ª República (1910-1926). A progressiva disseminação dos movimentos protestantes pelo território nacional origina que, por um lado, no espaço público se tornem visíveis as tensões que os opõem a outros protagonistas, e, por outro lado, num âmbito mais particular, ganhem consistência os princípios basilares de um modelo educação popular, materializado em diferentes organizações e associações. A necessidade de formar cidadãos pressupõe que se criassem contextos de socialização e sociabilidade alternativos às realidades, tidas por dissolventes, que envolviam as comunidades protestantes, como também se criassem dinâmicas que espoletassem um protagonismo cívico e político no emergente Estado civil secular.

LUÍS MIGUEL SILVA é bolseiro de doutoramento pela FCT, investigador integrado do CITCEM no grupo de investigação Sociabilidades e Práticas Religiosas e aluno do segundo ano do doutoramento em História na FLUP. Tem dedicado vários dos seus estudos à temática da religiosidade na Grande Guerra, o que lhe valeu recentemente a atribuição do Prémio Liberdade Religiosa. Atualmente, no âmbito da bolsa atribuída pela FCT, tem-se dedicado ao estudo da temática missionária e da relação da Igreja Católica com o Estado Novo em África. A sua investigação atual centra-se na figura de D. Sebastião Soares de Resende (1.º Bispo da Beira) e na presença colonial portuguesa em Moçambique entre 1943 e 1967.

O Bispo Sebastião Soares de Resende e o colonialismo do Estado Novo em Moçambique (1943-1967)

Na presente comunicação pretendemos dar a conhecer a atuação de D. Sebastião em duas áreas fundamentais da história colonial portuguesa em Moçambique: a da missionação e da educação. Para tal, começaremos por perceber a realidade missionária e educativa da Diocese da Beira aquando da chegada do bispo em 1943. De seguida vamos analisar os esforços desenvolvidos pelo prelado em prole da missionação dando destaque à sua atuação em temas como: a vinda de missionários e congregações religiosas, a concretização de uma política de ocupação missionária, e o progresso das missões católicas da diocese ao longo do seu episcopado. Relativamente a educação, analisaremos o trabalho e influência do bispo em matérias como a construção de escolas, internatos, colégios e liceus, bem como o seu empenho na formação de professores e no aperfeiçoamento da educação prestada nestes locais de ensino. Por último é nossa intenção refletir sobre a cooperação e as divergências que afetaram a relação entre a Diocese da Beira e as autoridades coloniais do regime salazarista.